

DA COESÃO À CONVERGÊNCIA: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DAS DINÂMICAS PROFISSIONAIS (1973-2010)

Paula Ochoa

Biblioteca Nacional de Portugal
Campo Grande, 83
1751 Lisboa Codex
Tel: 217982157
E-mail: pochoa@bnportugal.pt

Purificación Moscoso Castro

Universidad de Alcalá de Henares
Pza. San Diego, s/n
28801 Alcalá de Henares, Espanha

E-mail: p.moscoso@uah.es

RESUMO

A presente comunicação visa apresentar alguns dos resultados de uma investigação conduzida no âmbito do programa de doutorado *Bibliografía y Documentación Retrospectiva en Humanidades* na Universidade de Alcalá de Henares em 2011-2012, realçando um conjunto de novos desenvolvimentos sobre o conhecimento existente sobre as transições profissionais na sociedade de informação em Portugal. Incide na análise de elementos de um grupo profissional – os bibliotecários – analisando as narrativas de dois *cohorts* caracterizados pela década em que iniciaram as suas trajetórias profissionais: a década de 1970 e a década de 1980. A identificação dos seus percursos identitários e dos seus ciclos de competências complementam os dados recolhidos, permitindo a análise das dinâmicas profissionais entre 1973, ano da criação da Associação Profissional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e 2010, ano do lançamento da Agenda Digital (2010-2020). As dinâmicas de coesão, especialização e convergência são complementadas com a proposta de uma dinâmica de reflexividade vigilante.

PALAVRAS-CHAVE: Profissão, Competências profissionais, Identidade profissional, Dinâmicas profissionais

ABSTRACT

This paper aims to present some results of a PhD research developed within the *Programa de doutorado Bibliografía y Documentación Retrospectiva en Humanidades* (Universidade de Alcalá de Henares, 2011-2012), highlighting new developments about professional transitions in Information Society in Portugal. It studies a professional group – librarians – analyzing narratives of two cohorts, characterized by the decade in which had begun their professional trajectories: the 1970's and 1980's. The identification of identity pathways and cycles of competences

complemented the elements studied, allowing the analyse of the main professional dynamics between 1973, the year of creation of Associação Profissional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas and 2010, the year of launch of european Digital Agenda (2010-2020). The dynamics of cohesion, specialization and convergence are complemented by the proposal of a dynamic of vigilant reflexivity.

KEY-WORDS: I-D Profession, Professional skills, Professional identity, Professional dynamics

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre as sociedades contemporâneas compreende o estudo das transformações nas profissões e as dinâmicas socioprofissionais emergentes [1]. Segundo BROADY-PRESTON e COSSHAM (2010, 5) “any exploration of professionalism with regard to the information profession specifically, must be seen within the broader context of a more general scrutiny of the status and significance of professions and professional work within a society as a whole”. A sociedade de informação abriu as fronteiras profissionais e os seus mercados fechados a todas as profissões, abalando vários conjuntos de grupos profissionais especializados, com formações específicas e dotados de estatutos particulares de acesso ao trabalho. Manifesta-se uma crise de identidade e um questionamento sobre as especializações futuras, os monopólios de actividade, as qualificações e competências necessárias, sendo difícil ter uma visão clara dos campos profissionais, dos seus núcleos e da sua periferia, onde emergem as principais áreas de investigação. É sobre esses movimentos de transição que importa identificar a emergência de novas formas de organização, novas formas de actividades, novas identidades profissionais, novas competências inter e intraprofissões. Sendo a vida profissional um processo biográfico de construção de identidades ao longo do ciclo de vida, é também importante interligar as transições e trajetórias da profissão e dos profissionais,

aspectos interdependentes nas dinâmicas da história de cada profissão, mas raramente estudados em conjunto, privilegiando-se antes, o estudo das instituições.

DINÂMICAS DE DISCUSSÃO PROFISSIONAL: CONTRIBUTOS INTERNACIONAIS

A construção e a gestão da carreira dos profissionais de Informação-Documentação (I-D), nomeadamente os bibliotecários, constituem temas debatidos intensamente a nível internacional, com reflexos na formação profissional/académica e nas competências específicas e transversais necessárias à profissão. Esta dinâmica coloca o contexto de trabalho como elemento chave da estruturação da reflexividade profissional em torno da gestão de competências, da gestão do conhecimento e das relações entre o trabalho e a aprendizagem. A reflexividade surge como uma estratégia que tenta fornecer um discurso que leva à compreensão e à adaptação ao mundo contemporâneo, e que defende a legitimidade do saber narrativo, ligado ao indivíduo e à sua experiência de vida. A noção identitária de cruzamento de fronteiras profissionais tem vindo a emergir como uma necessidade de convergência e um imperativo decorrente das suas competências e da mudança do sector que requer um maior número de competências transferíveis.

Num contexto de grandes mudanças sociais e económicas, as modalidades de desenvolvimento de competências de Informação-Documentação durante a última década pouco têm em comum com as desenvolvidas no passado. Os perfis e competências dos profissionais de I-D têm sido sucessivamente apresentados: o referencial de competências e empregos (ADBS); *Euro-referencial I-D* (ECIA); *Body of Professional knowledge* (CILIP); *Shaping the future: ASERL's Competencies for research librarians*; *Competencies for Information Professionals* (SLA); *Guidelines on Cultural work within the Information Society* (Conselho da Europa); *Guidelines for Professional Library/Information Educational Programs* (IFLA); *Bibliofil – Le référentiel de la filière bibliothèque* (DPMA); *Core competencies of Librarianship* (ALA); *Career Pathways* (ALIA); *The skills, role and career structure of data scientists and curators: an assessment of current practice and future needs* (JISC); *Competency index for the library field* (OCLC); *Federal Librarians Competencies* (Library of Congress); *Library and Information Science Education 2.0 project, Core competencies for 21st century* (Carl librarians); *New roles for new times: digital curation for preservation*. São maioritariamente considerados grupos de macro-competências profissionais.

Sobre as principais tendências também têm sido realizados importantes trabalhos: OCLC 2003 - *Environmental Scan*; OCLC 2005 - *Perceptions of Libraries and Information Resources*; *The future of Human Resources in Canadian Resources* (Ingles, De Long, Humphrey, Sivak, 2005); *European Curriculum Reflections on Library and Information science Education* (Royal School Of Library and Information Science, 2005); *A imagem das competências dos profissionais de Informação-Documentação* (OP-ID, 2006), *Bibliothécaires en prospective* (DURAND, PEYRIÈRE e SEBAG, 2006), *Estudio Fesabid sobre los profesionales de la información: perspectiva de una profesion en constante evolución* (Fesabid, 2011) ou

ainda a ação do Grupo ThinkEPI – Estrategia y prospectiva de la información, desde 2007. Entre as questões abordadas têm sido consideradas o auto-conceito profissional; a valorização da formação inicial e permanente; a percepção das necessidades formativas; a visão da relação com a tecnologia, a visão da situação profissional em geral; a visão da situação da organização; a visão da evolução do perfil profissional; a visão da evolução das instituições documentais e a visão da evolução dos serviços. Equacionam-se crises existenciais episódicas e recorrentes, pela ausência de uma visão consensual da informação, do seu papel na sociedade e do estatuto e reconhecimento social. São igualmente debatidas as tendências do mercado laboral, os novos perfis profissionais, cenários prospectivos para a profissão, a fragilidade da investigação da Ciência da Informação/Documentação, a ausência de uma comunidade científica forte, a convergência europeia para a formação e a qualidade da educação superior.

A discussão do âmbito e direcção do futuro da profissão e dos serviços da biblioteca estão no centro da agenda profissional (BROADY-PRESTON, COSSHAM, 2011) com algumas das mais importantes bibliotecas nacionais a marcar o seu posicionamento reflexivo, revendo e antecipando tendências colectivas: A British Library publicou a sua visão para 2020 (British Library Board, 2010), a National Library of Wales apresentou a sua estratégia até 2020 (National Library of Wales, 2010), a National Library of Scotland antevê os serviços até 2030 (Hunter e Brown, 2010); a National Library da Nova Zelândia desenvolveu o documento *New Generation Strategy to 2017* e a British Library em conjunto com a Joint Information Systems Committee (JISC), a Research Information Network, a Research Libraries UK e o SCONUL desenvolveram o projecto *A vision for the academic library and information services of the future* (2010-2011).

O reposicionamento atual dos bibliotecários portugueses realiza-se assim num contexto de intensa **reflexão profissional internacional sobre os impactes da sociedade da informação na profissão, nas formas de auto-regulação e na reconfiguração dos mercados profissionais.**

DINÂMICAS DO SISTEMA DE PROFISSÕES: CONTRIBUTOS DA SOCIOLOGIA

As mudanças do trabalho são também determinantes para a análise desta problemática (STOKKER, HALLAM, 2009), nomeadamente o interesse no planeamento dos recursos humanos, na avaliação dos fatores tradicionais, de convergência e de oportunidades e na necessidade de se desenvolverem planeamentos estratégicos, avaliação contínua e cenários para o futuro em áreas como a gestão de carreiras.

O profissionalismo baseado na orientação do Estado encontra-se em transição para um profissionalismo orientado pelo mercado, com padrões de regulação transnacionais. O surgimento de um nível europeu de regulação profissional representa o aparecimento de novas formas de organização profissional, baseadas não em comunidades de estatuto mas em comunidades cognitivas. Novas relações são previstas na ecologia das profissões: “the life of professional groups, therefore, does not only depend on jurisdictional struggles and the state cannot be reduced to a mere passive observer of what happens within the ecology of the professions.

(...) It seems more relevant to draw an opposition between 'status community' and 'cognitive community', each occupation being a mix of both dimensions. Which one will prevail in the market closure process cannot be predicted." (EVETTS, 2001, 13-14)

A discussão em torno da imposição de medidas administrativas que conduzem a novas formas de auto-regulação e reconfiguração dos mercados profissionais é um dos vectores de transformação das profissões, juntamente com vectores externos às suas dinâmicas e com a simbiose de relações de dependência entre si em processos permeados por tensões e contradições: alterações dos padrões cognitivos – incremento da mobilização das tecnologias de informação e comunicação nos actos profissionais, aprofundamento da especialização do conhecimento científico base, ao qual se referencia a profissão e simultâneo movimento de inovação científica e tecnológica, originando recomposições morfológicas nas profissões com a sua segmentação ou emergência de novos grupos e reconfiguração dos contextos económicos e políticos. A pressão e o controlo dos clientes e das suas organizações representativas, da limitação da sua presença, em termos numéricos, e redução da sua autonomia profissional ao nível do sector público, também têm crescido, designadamente na sequência da restrição da abrangência do Estado - providência; das alterações das legislações nacionais e internacionais sobre os elementos reguladores das profissões e a crescente internacionalização dos mercados de serviços profissionais, conjugados com as estratégias das profissões, desenvolvidas em defesa da manutenção dos seus interesses, o que conduz a novas configurações do profissionalismo e à limitação dos mercados profissionais.

EVETTS (2003) considera que existem actualmente dois tipos ideais de profissionalismo: o ocupacional e o organizacional, assistindo-se à expansão deste último tipo nas áreas da confiança, descrição e competência no trabalho profissional, constituindo a sua investigação uma prioridade. O discurso das organizações sobre a profissionalização é igualmente recente, caracterizando-se por traduzir diversas evoluções, nomeadamente a a passagem a uma lógica de resultados em que os trabalhadores são agentes e autores da mudança

Tal como outras profissões, os bibliotecários devem competir pela atenção, conhecendo e influenciando o mercado da informação e especialmente a noção de conteúdo (criação, gestão, distribuição e uso) nas suas múltiplas ligações com outros sectores da comunidade da informação. **Esta fase de transição envolve a identificação e exploração de novos e diferentes modelos mentais na profissão** (PARTRIDGE, 2011), seguindo a linha de ABBOTT (1988) que refere a necessidade de se analisar o sujeito da profissão como uma rede de vários elementos interatuantes – saberes, códigos de ética, clientes e funções. O conceito de profissão é dinâmico e produz-se num sistema interactivo que integra o conjunto de profissões, entre os elementos endógenos à profissão e as forças estruturais e sociais onde estas se encontram enraizadas. As diferenças internas caracterizam os mecanismos da dinâmica do sistema e sem elas, a distinção entre os processos formais e informais das profissões não pode

ser observado (RODRIGUES, 2002). As profissões não são homogéneas, apresentando-se diferenciadas internamente em grupos ou segmentos, de acordo com as situações de trabalho, mas também em instituições de ensino e de controlo. Estão sujeitas a mudanças produzidas por forças internas (em que predomina o incremento de novos conhecimentos científicos) e por forças externas (evolução tecnológica e alterações nas organizações). "Este nível de observação é fundamental para se perceber as práticas dos profissionais, os modos como são mobilizados os conhecimentos produzidos nos espaços académicos e as relações de conflito com outras profissões a propósito do controlo das respectivas jurisdições". (GONÇALVES, 2007, 185).

Numa breve análise de fronteiras, interações e interdependências entre espaços profissionais, todas as profissões possuem áreas emergentes que alongam e enriquecem a cadeia de valor e as zonas de fronteira, sendo os factores indutores destas dinâmicas o mercado de consumo, as mudanças de hábitos dos consumidores e a intensificação e convergência tecnológica, aliadas à importância crescente dos saberes-fazer cognitivos, no alargamento do âmbito de actuação do ambiente profissional e na complementaridade das competências transversais, em que as dinâmicas profissionais assumem lógicas de acção de renovação/reconfiguração; e cruzamento de fronteiras.

Verifica-se uma **dinâmica sistémica** de disputa de funções, recortando o trabalho pelo enfoque da profissão que consegue conquistar uma entrada na fronteira profissional vizinha, desenvolvendo assim uma nova forma de olhar a actividade e incorporando-a no seu universo profissional. Não se trata apenas de fazer o trabalho de outra profissão, mas de trazer a actividade para o campo da profissão invasora. A disputa faz-se na lei, nas práticas mas também nas dinâmicas de funcionamento do mercado de trabalho, podendo verificar-se alianças entre si contra competidores de outros segmentos. Uma abordagem sistémica das profissões inter-relacionadas com a profissão I-D [2], seja através da produção, transmissão ou transferência de informação e de conhecimento, permitiria compreender melhor os problemas que enfrentam, os seus desafios e o modo como perspectivam o futuro profissional.

A análise sociológica do mercado de trabalho da Informação-documentação em Portugal é escassa, **existindo uma lacuna de conhecimento sobre a acção profissional de várias gerações de profissionais portugueses, o que permitiria introduzir uma leitura analítica das mudanças e das transições profissionais e a sua interacção e co-construção com o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.**

DINÂMICAS PROFISSIONAIS INTERGERACIONAIS: CONTRIBUTOS DA INVESTIGAÇÃO

Seguindo a abordagem da biblioteconomia baseada na narrativa (*narrative-based librarianship*) e na abordagem do curso de vida, ao nível da metodologia e técnicas da investigação qualitativa utilizadas, realizámos um estudo exploratório da profissão e carreiras dos profissionais de Informação - Documentação, entrevistando profissionais de dois *cohorts* caracterizados pela década em que iniciaram as suas trajetórias profissionais: a década de 1970 e a

década de 1980. O estudo das diferenças geracionais no trabalho constitui uma área emergente [3], procurando-se convergências entre gerações e variáveis explicativas para as mudanças. A maioria dos estudos realizados baseia-se em narrativas sobre vidas profissionais, visões e percepções sobre o trabalho, visando analisar as dinâmicas de relacionamentos inter-geracionais (VENDRAMIN, 2009). A abordagem do curso de vida é holística, estudando a sequência de posições/transições/eventos/pontos de viragem nas trajetórias individuais no curso do tempo e num conjunto de um *cohort*, assinalando padrões narrativos, trajetórias sociais e mudanças vividas e as respetivas interações entre o nível micro e macro da análise dos fenómenos a investigar.

Por outro lado, procurou-se analisar o discurso profissional especialmente no processo de construção da identidade profissional, realçando as tensões profissionais das transições (LÉVY-LEBOYER, 1996). As identidades são construídas através dos discursos, sendo necessário entendê-los como produtos específicos de uma época com práticas e estratégias próprias. De acordo com GIDDENS (1991), a auto-identidade é contextualizada como uma narrativa reflexiva numa mistura de processos de regulação identitária conscientes e inconscientes. De especial importância é a ligação do discurso aos processos de formação identitários e a sua reprodução no seio de uma mesma geração e na geração seguinte, deixando transparecer a importância do actor [4], da interacção entre actores e da interacção entre actor e meio. A construção identitária resulta do jogo entre o profissional, enquanto portador de desejos de identificação e de reconhecimento, e as várias institucionalizações (estatutos, categorias e formas diferenciadas de reconhecimento) que as organizações lhe oferecem. Uma das formas de análise passa pelos estudos bibliométricos, incidindo sobre artigos e comunicações elaboradas por profissionais pertencentes a duas gerações. Estudar os efeitos das colaborações profissionais realça igualmente o processo criativo existente, ao caracterizar as recombinações de ideias e os tipos de parcerias entre indivíduos com diferentes percursos formativos, académicos e profissionais. Múltiplas abordagens podem ser realizadas, passando pelo estudo da localização geográfica e tipologia organizacional em que se enquadram cada um dos membros até à análise do seu nível de competências – o nível de complementaridade atingido – e o estatuto profissional, enquadrando-se, dessa forma na análise do valor das externalidades do capital humano e do seu impacto nas dinâmicas da profissão.

Entre os resultados da investigação obtidos, foi possível sistematizar três grandes dinâmicas profissionais entre 1973, ano da criação da Associação Profissional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e 2010, ano do lançamento da Agenda Digital Europeia (2010-2020) [5], subdivididas em etapas de categorização do estatuto profissional face ao Estado (OCHÔA, BARATA, 2010), modelos de profissionalização e modelos de discursos profissionais:

1. **Dinâmicas de coesão (1973-1985)**
caracterizadas pela Etapa de valorização profissional ao nível da carreira na Administração Pública e por um modelo de

profissionalização híbrido, coexistindo no mercado de trabalho o recrutamento de profissionais qualificados e não qualificados e por um Modelo de discurso profissional intergeracional. Os profissionais unem-se em torno da profissão e do desenvolvimento do sistema biblioteconómico nacional, ainda numa fase incipiente e com muitas deficiências face aos restantes países europeus.

2. **Dinâmicas de especialização (1986-2000)**
caracterizadas pela Etapa de adaptação ao nível da carreira na Administração Pública e por um Modelo de profissionalização especializado, considerado como requisito obrigatório para o recrutamento na Administração Pública e um Modelo de discurso profissional geracional. Coexistem dois modelos de profissionalização, correspondente a um modelo de estágio de ingresso na carreira e a entrada direta após frequência do curso de Ciências Documentais (pós 1991). Os profissionais procuram a especialização de competências, acompanhando o surgimento de novos papéis no sistema biblioteconómico, ainda num estágio de atraso em relação aos padrões de bibliotecas existentes na União Europeia.
3. **Dinâmicas de convergência (2000-2010)**,
caracterizadas pela Etapa de indiferenciação/homogeneização ao nível da carreira na Administração Pública, por um Modelo de profissionalização aberto, permitindo a construção de percursos profissionais individualizados, baseados em competências especializadas e transversais e por um Modelo de discurso profissional intergeracional e inter-profissional. Os profissionais desenvolvem competências alinhados com as novas necessidades do mercado da informação europeu, convergindo as políticas nacionais e europeias para o setor.

A expressão *dinâmicas profissionais* pretende englobar os contextos e estratégias que foram vividas pelos participantes na investigação, conferindo sentidos e estrutura às suas trajetórias e às transições na profissão.

DINÂMICAS DE COESÃO (1973-1985)

Em Portugal, os principais desafios dos profissionais foram a luta pela **consciencialização, unidade e valorização do grupo profissional** nos anos sessenta e setenta com uma crescente capacidade reivindicativa. Os *Cadernos BAD* relatam a luta pelo reconhecimento da profissão, um caminho longo e empenhado desde 1963, fruto da convergência de interesses de duas gerações, como é relatado por César Pegado, um dos seus mais influentes protagonistas, bibliotecário-chefe da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, num artigo para a revista *Cadernos BAD*: “...um grupo de jovens bibliotecários-arquivistas, cheios de boas ideias, consciente do valor de uma biblioteca como elemento fundamental da história de um povo (...). Nós que já havíamos ultrapassado o cabo dos cinquenta, abraçamos

a ideia desses jovens que em planos leais e construtivos se dispunham a lutar pela defesa da eficiência e da sua dignidade profissional, prometendo-lhes o nosso apoio.” (1979, 25). O primeiro passo para a visibilidade deu-se com o reconhecimento da sua competência como técnicos em 1970. Até aí, apesar de possuírem graus académicos elevados, os profissionais auferiam salários inferiores a outros técnicos superiores da Administração Pública, dando origem ao êxodo de profissionais para o sector privado. Outra questão reivindicada tinha a ver com o recrutamento de pessoal devidamente habilitado com o curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coube à redacção dos Cadernos BAD a mobilização de campanhas em defesa dos seus direitos, no que ficou conhecido como o *Movimento*, uma vitória da consciencialização, unidade e valorização profissionais, tendo permitido “que um grupo de bibliotecários, arquivistas e documentalistas pequeno em número, mas grande na justiça e firmeza de objectivos, conseguisse a resolução de muitos problemas vitais à sobrevivência da classe” (PERICÃO, et.al, 1984, 63). Como curiosidade, deve ser referida a comparação feita na época com as profissões de veterinários, meteorologistas e arquitectos, igualmente em período de reivindicações profissionais idênticas. O ano de 1974 permitiu a apresentação do *Manifesto* da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, onde se contemplam as principais reivindicações profissionais, considerado um documento histórico para o setor, produzido numa época de grandes incertezas.

O reconhecimento da carreira só acontecerá no final dos anos 70 e pode ser considerado um efeito dos primeiros passos da sociedade da informação em Portugal. O caminho da valorização prosseguiu até à criação na Administração Pública Portuguesa da carreira de bibliotecário, arquivista e documentalista ou de técnico superior de biblioteca, arquivo e documentação, enquanto grupo sócio-profissional único e coeso. As bibliotecas eram vistas como suportes do processo educativo e da alfabetização, possuidoras de visibilidade e valorização social (OCHÓA, BARATA, 2010).

O processo de institucionalização política da cultura, em Portugal, é caracterizado como hesitante e frágil, denotando uma refracção importante em face dos processos de mudança em curso nos restantes países europeus, configurando uma modernização cultural tardia e vulnerável, porque alheia a uma tradição histórica e nacional (SILVA, 2003). São várias as referências à importância das bibliotecas públicas: o programa do I Governo Constitucional (1976-1978) refere a importância da animação cultural para a criação de bibliotecas, a promoção do livro português e a concepção de bibliotecas modelo que tornem o livro acessível a vastas camadas populacionais, posteriormente (1978-1979) é defendida uma lei orgânica das bibliotecas e o apoio a uma rede de bibliotecas populares, a necessidade de lançamento de um Plano nacional de alfabetização e educação de base de adultos (1979-1980), o reforço da capacidade dos serviços ambulatoriais das bibliotecas (1981), um programa nacional de educação e o analfabetismo funcional. O país não possuía infra-estruturas suficientes para toda a população, podendo ser generalizada a afirmação de Costa (1979) de que as bibliotecas sempre viveram numa situação de

inoperância e crise. Uma iniciativa marcante para o *cohort* A foi a existência das bibliotecas itinerantes, lançada pela Fundação Calouste Gulbenkian em Maio de 1958 para colmatar a ausência de uma política de fomento da leitura. Acesso livre às estantes, empréstimo domiciliário e serviço gratuito eram os serviços prestados. Inicialmente limitada ao litoral, a rede de leitura alargou-se progressivamente, ao longo dos anos, a quase todo o território nacional. Para Barreto Nunes (1996), paradoxalmente, esta acção constituiu um pretexto para a não implementação de uma política nacional de leitura pública durante muitos anos. Um outro marco importante foi o *Manifesto A Leitura Pública em Portugal* (1983) onde se denunciava não existir um sistema de bibliotecas públicas. Em 1986 o governo estabelece como prioridade a dinamização de uma política nacional do livro através de um conselho coordenador que integre todos os organismos oficiais intervenientes na área, tendo sido criado um Grupo de trabalho para propor as medidas necessárias (coord. por Maria José Moura). A marca da coesão inter-geracional é forte, sendo constante a atenção aos profissionais mais novos (cf. Editorial *Cadernos BAD*, (29, 1983,3-4) e à importância de todos na defesa do coletivo. Regista-se também na luta pelo desenvolvimento dos serviços, nomeadamente recuperando o atraso na informatização dos catálogos. O surgimento da PORBASE com um objetivo de âmbito nacional funcionou como um elo de ligação de bibliotecas, desenvolvimento de competências profissionais e o início de uma participação de profissionais portugueses em projetos de âmbito comunitário.

O modelo de profissionalização vigente de 1973 até 1986 pressupôs uma certa autonomia aos bibliotecários na escolha de cargos e modalidades de acção, tendo o *cohort* A se movimentado num mercado aberto, prevalecendo uma regulação institucional sobre a regulação profissional. Essa tendência permitiu-lhes desenvolver identidades profissionais mais fluidas e mais heterogéneas e carreiras diversificadas. As suas transições caracterizam-se por polarizar o campo de actuação profissional, tendo, por vezes, ultrapassado as fronteiras da profissão.

Ao nível do discurso profissional, as evidências encontradas apontam maioritariamente para a sua construção em torno de artigos/comunicações feitas por profissionais de várias tipologias de biblioteca e centros de documentação especializados, maioritariamente de uma mesma área geográfica e do sexo feminino, pertencentes a várias gerações, registando-se igualmente casos de trabalhos em conjunto com elementos profissionalizados e identitariamente comprometidos e elementos não profissionalizados e possuidores de identidades fluidas.

DINÂMICAS DE ESPECIALIZAÇÃO (1986-2000)

A partir de 1986, assiste-se à construção crescente de uma cultura profissional colectiva, ajustada às necessidades da sociedade da informação e impulsionada pelos novos cursos de Ciências Documentais, surgidos em Lisboa e Porto.

É percebida uma estratégia de profissionalização colectiva orientada para corresponder ao alargamento do sistema biblioteconómico, com o surgimento da Rede de leitura pública (1987) e a rede das bibliotecas escolares (1996). O mercado de trabalho necessitou de

mais recursos humanos qualificados, tendo constituído uma oportunidade de recrutamento durante alguns anos. Desta dinâmica da sociedade de informação veio também a beneficiar todo o sistema biblioteconómico, nomeadamente as bibliotecas universitárias e as bibliotecas especializadas. As identidades profissionais passam a estar estreitamente ligadas à tipologia de bibliotecas onde os profissionais trabalham.

Em 1991, com o Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, aprofunda-se o caminho da especialização e da diferenciação, diminuindo o fosso teórico e prático entre os elementos das duas gerações.

Constata-se por isso que em vinte anos as medidas estruturais europeias de construção da Sociedade da Informação foram determinantes para o avanço da componente formação da profissão, ambas valorizando a articulação activa entre a empregabilidade e a mudança de perfis profissionais.

Uma primeira dimensão está ligada à incorporação das TIC nas bibliotecas. É atribuída essa dinâmica aos profissionais mais interessados, que cedo perceberam que a Sociedade de Informação passava pelas bibliotecas e aderiram aos projectos comunitários destinados a desenvolver o mercado de informação em países como Portugal, onde era notória a ausência de infraestruturas de informação, a imaturidade da indústria de informação, a reduzida dimensão do mercado para produtos e serviços de informação e a necessidade de profissionais de informação qualificados.

A década de 90 é considerada como tendo sido um período áureo. Em 1987-1991, as bibliotecas voltam a ser faladas, defendendo-se a continuidade do programa de instalação de uma rede nacional de bibliotecas municipais. A rede de leitura pública é considerada um *instrumento nuclear para qualificação das bibliotecas* em diversas dimensões, desde o que respeita ao espaço e instalações até ao que se relaciona com perfis profissionais adequados ao seu funcionamento (GOMES, MARTINHO, 2009). A sua missão ligada às actividades de leitura pública é importante num país em que a frequência de bibliotecas é uma prática limitada a 17% da população, sendo que 12% frequentam bibliotecas públicas (NEVES, LIMA, 2009). SANTOS SILVA (2007) realça a *importância das políticas culturais nas políticas autárquicas* como um factor determinante na evolução no panorama nacional, referindo-se nomeadamente à criação do pelouro da cultura, com particular expressão nas décadas de 1990 e 2000, “como sinal de uma nova identidade e centralidade da política e da administração cultural local, mas vale também como formação de uma tecnoestrutura local envolvida nas dinâmicas culturais, composta por técnicos e quadros superiores, cuja importância específica na formação das políticas tem sido, com razão, posta em relevo pelos investigadores.”

(16) O Observatório das Actividades Culturais classifica em três grupos as dinâmicas culturais locais:

1. Grupo de dinâmicas consolidadas – composto por municípios com políticas para a cultura com maior longevidade, sistematização e articulação, envolvendo a acção de operadores culturais e acompanhando a contemporaneidade dos temas de programação cultural;

2. Grupo de dinâmicas em transição – composto por municípios com uma intervenção cultural mais recente e com indicadores de potencialidades várias, sendo incerto o seu sentido de consolidação;

3. Grupo de

dinâmicas em arranque – municípios com cenários mais desfavorecidos, atribuindo menor relevo à acção dos agentes culturais e um menor número de espaços de acolhimento de actividades culturais. Entre os dilemas da política cultural autárquica, diagnosticados pelo Observatório das actividades Culturais, SANTOS SILVA (2007) referencia *sete dilemas*: entre as necessidades do litoral e do interior do concelho; entre densificar o tecido cultural, mediante alguma concentração espacial, e descentralizar equipamentos e iniciativas pelo território; entre apoiar mais as (muitas) actividades amadoras, ou apoiar mais as (poucas) estruturas profissionais; entre privilegiar o investimento em infra-estruturas ou em eventos; entre a gestão directa dos equipamentos municipais pela própria autarquia, ou a concessão dessa gestão a entidades privadas, lucrativas ou não; entre assegurar a autarquia funções de produção, ou optar pelo apoio à produção de terceiros; e entre focar o sector cultural em si mesmo, como sector autónomo, ou promover a sua articulação com outros, designadamente o turismo (SANTOS, 2005, 328-331).

Se os anos de 1990-1994 se caracterizaram pelo objectivo de criar e harmonizar catálogos bibliográficos, contribuindo para a eficiência e a partilha de recursos, os anos de 1994 a 1998, assistem ao desenvolvimento do papel central das bibliotecas na gestão da informação, concentrando-se no desenvolvimento das redes inter-bibliotecas, orientadas para o mercado, harmonizando práticas no sector público e no sector privado. Complementando esta dinâmica, assume destaque, o surgimento do código de ética profissional.

Uma segunda dimensão é marcada pelo início da abordagem estratégica pelo poder político, com o lançamento do *Livro Verde para a Sociedade da Informação*, construído com base na participação alargada de profissionais e cientistas. Coloca Portugal numa segunda fase de publicação de documentos de políticas públicas globais para a sociedade de informação na Europa, já que a Dinamarca (1994 e 1995), a Finlândia (1995) o tinham feito numa 1ª fase. Um estudo realizado pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa em 1996 sobre o mercado dos serviços electrónicos da informação em Portugal apresentava a cultura dominante na Administração Pública como sendo uma cultura tradicional do segredo que se opunha à nascente cultura da informação, defendendo como prioridade de uma política de informação europeia a acessibilidade, explorando as oportunidades da sociedade da informação. Deve ainda ser registado o Decreto-Lei nº 64/94 de 28 de Fevereiro 1994 que fixa os princípios gerais para a coordenação da utilização das tecnologias de informação na Administração Pública considerando que a sua difusão e correcta exploração tem reflexos positivos no desenvolvimento económico, social e cultural e no suporte à formulação de políticas e sua avaliação. A um outro nível, a criação da Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais Informatizados (1991) foi também um passo legislativo actuante na criação de uma ética na utilização de dados informatizados. Segundo SILVA E RIBEIRO (2002) o *Livro Verde* foi elaborado por políticos, juristas, informáticos e sociólogos, não se tendo registado a participação de bibliotecários. As razões podem ser encontradas no

preconceito: “o assunto, opinam vários entendidos, transcende-os: estes profissionais BAD vistos como guardadores de memórias pouco podem contribuir para o estudo e implementação das TIC na sociedade actual” (126).

Um outro ponto de viragem foi anunciado, embora não tenha ainda alcançado um estágio de consolidação: a adopção da designação de Profissional de Informação-Documentação, como identidade e auto-conceito. No seguimento de experiências anteriores de elaboração de referenciais de competências I-D realizadas em Espanha, França e Reino Unido, a ECIA, Conselho Europeu das Associações de Informação e Documentação propôs em 1997 à Comissão Europeia a realização do projecto europeu DECIDoc (Desenvolvimento de Eurocompetências para a Informação e Documentação, 1998-2001), integrando seis membros do ECIA: ABD-BVD (Bélgica), ADBS (França), ASLIB (Reino Unido), DGI (Alemanha), INCITE (Portugal) e SEDIC (Espanha), a que se juntaram três outras associações europeias, a InfoDocRom (Roménia), a ASD (Suíça) e a República Checa (SKIP). Visava um melhor conhecimento das competências do campo profissional da Informação e Documentação e a uma clarificação das competências adaptadas ao desenvolvimento tecnológico, a competitividade e as necessidades do mercado de trabalho, pretendendo harmonizar os métodos de avaliação dos níveis de competências em todos os países da União Europeia. Na década seguinte será divulgado em Portugal o Referencial I-D, essencial para as adaptações curriculares necessárias para cumprimento da Declaração de Bolonha para o Ensino Superior.

Esta dimensão teve também impactes nas visões que os dois *cohorts* possuem sobre a Sociedade de Informação, apresentando o *cohort* A, uma visão dominante da Sociedade da Informação tecnológica e cultural e o *cohort* B, uma visão dominante da Sociedade da informação tecnológica, espacial e cultural.

O contexto foi também determinante para as oportunidades no mercado de trabalho. Assim, o *cohort* A revela percursos identitários menos fortes, tendo desenvolvido trajetórias profissionais variadas, e transições maioritariamente nos anos 80 e 90, aproveitando as oportunidades da Sociedade da Informação em Portugal. Apresenta traços de carreira de fronteiras abertas e um conceito interprofissional do seu percurso.

O *cohort* B revela percursos identitários fortes, tendo desenvolvido trajetórias profissionais especializadas e transições profissionais planeadas em sectores de actividade específicos. No seu caso, verifica-se que as oportunidades da Sociedade da Informação coincidem com o boom das bibliotecas nos anos 90 e início da década de 2000, considerando que o momento actual é desfavorável à gestão de carreiras I-D.

Os ciclos de competências técnicas são amplos em ambos os *cohorts*, inserindo-se numa dimensão de ciclos de re-vitalização. O *cohort* A valoriza mais as competências transversais. O *cohort* B valoriza as novas competências técnicas.

Ao nível do discurso profissional, as evidências encontradas apontam para a sua construção em torno de

artigos/comunicações feitas por profissionais da mesma tipologia de biblioteca e área geográfica, maioritariamente pertencentes a uma mesma geração.

DINÂMICAS DE CONVERGÊNCIA (2000-2010)

Estas dinâmicas caracterizam-se pelas necessidades sentidas pelos profissionais de alinhar a profissão com as dinâmicas europeias, constituindo o aparecimento e divulgação dos referenciais da profissão e o processo de Bolonha, os principais fatores referenciados como aceleradores de um novo sentido para a mudança e para a convergência de competências. A entrada na década de 2000 é considerada de grandes expectativas, perante a Agenda de Lisboa e o início das iniciativas de e-government na Administração Pública, uma das áreas basilares da estratégia da União Europeia (planos de acção *eEuropa 2002*, *eEuropa 2005*, *Estratégia de Lisboa 2010* e *i2010-European Information Society*). As dinâmicas sociais vão alterando estas expectativas e assiste-se a um recuo no reconhecimento social da profissão e a estratégias de emprego que limitam o acesso dos novos formados ao mercado do emprego cultural, apesar de ser percecionada uma evidente falta de bibliotecários com novas competências. O modelo profissional das décadas anteriores já não apresenta vitalidade suficiente para atrair o mercado de trabalho, sendo necessário recriar a profissionalidade, através das transferabilidade das competências transversais.

Um dos lados positivos apontados nesta dinâmica foi o facto de permitir que muitos elementos de gerações mais velhas voltassem a estudar, reciclando os seus conhecimentos e obtendo novos graus académicos após 2002. Este atraso em relação a outros países acabou por ter as suas consequências na composição do corpo docente dos novos cursos, uma vez que na sua maioria não detinham graus académicos equivalentes ao 2º ciclo. Outro lado positivo foi permitir dar visibilidade à Ciência da Informação em Portugal.

A ação de algumas políticas da União Europeia, desde o Quadro Europeu de Qualificações e a subjacente atenção à gestão, reconhecimento e certificação das competências até à recente política europeia para a cultura, que culmina com a apresentação da Agenda Digital e o realce dado às indústrias de conteúdos e à estratégia da Europeia são amplamente mencionados pelos dois *cohorts* [6]. No âmbito da *Digital Agenda for Europe 2010-2020*, são destacadas várias acções previstas (A.): o desenvolvimento da literacia e competência digital (A. 57); o desenvolvimento de ferramentas para reconhecer e identificar competências entre profissionais e utilizadores TIC (A. 58); Tornar a literacia e competências digitais novas competências para novos empregos (A. 59); o desenvolvimento de educação dos consumidores online das novas tecnologias (A. 61); a proposta de novos indicadores para estas áreas (A. 62) e o desenvolvimento por parte dos Estados membros de políticas de longo prazo de literacia digital e de *e – skills*.

Não deve também ser descurado a estratégia da EBLIDA para a promoção de uma política de informação para a Europa, através das bibliotecas. Esta lógica de ação conduz necessariamente a uma convergência a vários níveis: de competências e perfis profissionais nos vários setores da área cultural, de avaliação de desempenho da área cultural, de políticas públicas de livre acesso e de difusão cultural. Ao

contrário das anteriores dinâmicas, não são percepcionadas fases de continuidade, possuindo os dois *cohorts* visões fragmentadas, não se registando consensos sobre qual a lógica de ação dominante, tal a velocidade dos acontecimentos e a incapacidade individual de abranger os vários impactes no sistema biblioteconómico. O olhar profissional detém-se mais e melhor sobre lógicas profissionais e de serviços do que sobre lógicas estratégicas ou políticas para atuar nesta transição digital, caracterizada pela necessidade de novas políticas para áreas como os metadata, interoperabilidade, identificadores, *standards*, financiamentos, parcerias, necessidades e participação de utilizadores e aspectos interdisciplinares de agregação de informação.

Ao nível do discurso profissional, as evidências encontradas apontam maioritariamente para a sua construção em torno de artigos/comunicações feitas por profissionais da mesma tipologia de biblioteca mas de diferentes áreas geográficas, pertencentes a várias gerações, registando-se igualmente casos de trabalhos em conjunto com elementos de outras profissões, a nível nacional e internacional.

POSICIONAMENTOS INTERGERACIONAIS (1973-2010) PROFISSIONAIS

A antiguidade na profissão, o modelo de profissionalização e as modalidades de transição constituem traços marcantes dos posicionamentos intergeracionais. O *cohort A* viveu uma época de grandes mudanças sociais em Portugal, tendo beneficiado de dinâmicas de desenvolvimento nomeadamente na fase 1986-2000. As suas oportunidades no mercado de trabalho foram variadas, tendo oscilado entre a sua formação de base possuir maior relevo para a função, ou a sua qualificação enquanto bibliotecário. Na maioria dos casos, a sua trajetória profissional teve início noutras áreas profissionais e só mais tarde chegou à profissão.

O *cohort B* surge na profissão numa época de grande valor do bibliotecário no mercado de trabalho, fruto da adesão de Portugal à Comunidade Europeia e aos grandes investimentos nas infraestruturas biblioteconómicas: PORBASE, rede de leitura pública. Essa vivência foi determinante para marcar a sua identidade profissional. A maioria iniciou a sua trajetória profissional como bibliotecário, apostando na escolha da profissão.

Entre as permanências e as mudanças, esta geração deu o seu contributo para a definição e melhoria do núcleo e da periferia da profissão, tentando novos modelos de intervenção através de equipas de trabalho multidisciplinares em articulação com outras profissões. Um problema apontado reside na resistência à ideia de mudar a identidade e cultura profissional colectiva. A individualização crescente por via das competências de cada profissional é ainda uma questão não suficientemente discutida, sendo encarada maioritariamente como uma desprofissionalização.

Observa-se, nos bibliotecários portugueses, uma combinação de movimentos: por um lado uma geração que lutou pelo espaço profissional e que o viveu em fronteiras ainda não completamente fechadas, com períodos de grande envolvimento profissional ao longo da carreira e, por outro, uma geração socializada e

profissionalizada, mais consciente das ameaças à profissão mas com maior dificuldade na gestão de carreira sem fronteiras, com um período inicial mais intenso e uma fase de planalto anunciada, apesar da sua qualificação superior e da frequente actualização de competências.

O *cohort A* demonstra um investimento pessoal na trajetória profissional (com mais de cinco transições inter-organizacionais) e investimento pessoal na última fase da carreira, percepcionando o emprego estável não ameaçado e traços de identidade profissional difusa em alguns dos seus percursos identitários.

O *cohort B* apresenta um investimento pessoal na formação ao longo da carreira, menor número de transições e percepciona o emprego estável mas ameaçado.

O modelo de profissionalização em vigor de 1990 até 2008 conduziu ao aparecimento de percursos identitários profissionais fortes, sem precedentes até esse momento, permitindo uma expansão do profissionalismo e ética profissional no sistema biblioteconómico nacional. O *cohort B* possui percursos identitários homogéneos em trajetórias profissionais que traduzem continuidades tanto na forma como gerem os seus ciclos de aprendizagem e percursos escolares/académicos, como na forma como gerem os seus ciclos de competências muito ligados aos grandes ciclos na profissão. São exemplo disso, os repositórios de informação e a preservação digital.

Os dois *cohorts*, coexistiram nas suas dinâmicas diferenciadoras:

Cohort A – abertura ao mercado, ciclos de competências longos, ligados a ciclos de aprendizagem identitários, formação visando reciclagens de curta duração; envolvimento associativo; percursos académicos tardios; gestão da transição para a reforma.

Cohort B – mercado fechado; ciclos de competências médios; reciclagens frequentes; envolvimento associativo difuso (muitos pertencem a mais do que uma associação); percursos académicos ao longo da carreira; com predominância nos primeiros quinze anos, gestão de competências ligada a ciclos de aprendizagem no trabalho; gestão da carreira na fase meia carreira, evidenciando estratégias de manutenção e adaptabilidade. O processo social da profissão tem-se caracterizado por aprendizagens intergeracionais e por formas de solidariedade funcional, associadas às tipologias de biblioteca.

REFLEXIVIDADE VIGILANTE

A opção por estudar as dinâmicas profissionais pretende enfatizar o processo reflexivo através do qual os profissionais se constroem a si próprios enquanto atores sociais, marcado pela participação cultural e a consequente construção de estratégias, atuais e futuras. Cabe aqui lembrar as análises prospetivas das qualificações e de diagnóstico de necessidades de formação realizadas em 2006 pelo ex-Instituto para a Qualidade na Formação para a preservação, conservação e valorização do património cultural, onde se apresentavam três cenários, pouco discutidos entre os profissionais I-D:

1. *Cenário de dinamismo global*, caracterizado pela convergência positiva de diversas variáveis, com

reflexos no nível de estruturação e qualificação do sector, e impactos positivos, muito significativos ao nível da criação de emprego, enquadramento legal das profissões e do exercício das atividades.

2. *Cenário de aprofundamento dual*, caracterizado por uma evolução híbrida em que se assistirá a dinâmicas duplas de travão e avanço.

3. *Cenário de estagnação e fragmentação*, caracterizado por uma evolução adversa, com impacto na estruturação e qualificação do sector, nomeadamente na criação, profissionalização e qualificação do emprego, enfrentando-se a estagnação e retrocesso.

Os novos aspectos do exercício das actividades culturais e respectivos mercados, dos processos de recepção/consumo de bens e serviços culturais e da agenda das políticas culturais, caracterizam outras dinâmicas (SANTOS, 2010): *uma predominância de uma forma de consumo pervasivo-cumulativo-fragmentado*, em que as práticas são exercidas em cumulatividade, e em combinação entre si e com outras práticas não culturais; *uma dinâmica de flexibilização de recepção/consumo/apropriação do sentido*, combinatória de papéis de consumidor e de produtor cultural, correspondendo a um espaço de ambiguidade onde a rotinização dos consumos culturais coexiste com o envolvimento performativo; *uma dinâmica de estetização do quotidiano*; *abertura de um espaço novo para a cultura no paradigma do desenvolvimento*, em que é fulcral o conceito de *economia criativa*, um modelo multidisciplinar em que se interceptam a economia, a cultura e a tecnologia; *uma progressiva articulação entre o campo das políticas culturais e o campo da investigação*; *a emergência ou fortalecimento de estratégias de sentido inovador* (adopção de políticas integradas e interministeriais, incentivos à participação da sociedade civil); *intensificação do debate em torno da relação cultura-economia*; *crescente sensibilização para as políticas culturais*; *recorrência de novas temáticas de política cultural na UE, sinal de interesse e valorização*, de que se destacam: **a valência da cultura como catalisador de desenvolvimento; a valência da cultura como factor de qualificação das populações e, especificamente, dos que desempenham actividades no sector; a valência da cultura como estímulo à criatividade e inovação; valência da cultura como elemento de coesão intercultural.**

Neste momento de mudança são valorizadas **práticas de política integrada**; introduzindo maleabilidade e criatividade na agenda da política cultural. Devem-se acrescentar a este processo, as exigências **de qualificação da cultura e pela cultura** que remetem para os agentes culturais e para a articulação entre os setores da cultura, educação e trabalho, exigindo estratégias de evolução nos atuais processos de profissionalização. Parafraseando SANTOS (2010), impõe-se uma **reflexividade vigilante**, a nível do espaço cultural da UE e do ‘espaço cultural nacional’ necessária para uma definição mais rigorosa das políticas culturais e para um melhor conhecimento por parte dos profissionais da cultura, dos quadros em que se desenvolvem as suas trajetórias. Nessa dinâmica, os profissionais poderão ter um papel crítico e interventivo, mais responsável e mais exigente, criando novos estímulos para a coesão, a especialização e a

convergência entre as várias gerações de profissionais, consolidando um novo perfil profissional na área das indústrias culturais e uma renovada capacidade de intervenção *nas políticas de património, nas políticas de formação educativa de públicos, nas políticas de sustentação da oferta cultural e nas políticas de uso económico, social e político da cultura.*

Notas

[1] Para DUBAR, TRIPIER (1998) o conceito de profissão engloba um *trabalho cognitivo* (saberes e competências), *afectivo* (valores e preferências), e ainda *conotativo* (movimentos colectivos e reconhecimento social), contribuindo para a estruturação dos mercados de trabalho. A sua análise implica os seguintes pressupostos: *Não existe uma profissão separada*. Para compreender um grupo profissional tem que ser colocado no sistema profissional a que pertence. Cada grupo profissional conhece os seus problemas e clientes face a outros grupos profissionais; *Não existe uma profissão unificada* – Não existe uma profissão única, mas segmentos profissionais, mais ou menos identificáveis, mais ou menos organizados; *Não existe uma profissão estabelecida* – existem processos de estruturação e desestruturação profissionais, onde os ritmos históricos, formas culturais, jurídicas e as configurações políticas são variáveis, que atribuem dinâmica aos processos de estruturação de uma determinada profissão. Existem vários modelos de profissionalização segundo os modelos de referência do Estado e dos grupos profissionais; *Não existe uma profissão objectiva* – existem relações dinâmicas entre instituições ou organizações de formação, de gestão, de trabalho e de trajetórias e histórias biográficas individuais no seio das quais se constroem e desconstroem identidades profissionais. Esta concepção incorpora e sintetiza as teses sócio-históricas sobre as profissões e as interaccionistas simbólicas, bem como a abordagem sistémica, focalizada na apreensão das dinâmicas profissionais (GONÇALVES, 2007).

[2] Em Portugal existem estudos sócio-históricos sobre o profissionalismo que elucidam a construção histórica das formas estatutárias da identidade para várias profissões, . Segundo CARIA (2008), o centro da sua análise está situado nas transições históricas pós-tradicionais, onde se destaca o papel central do Estado, do associativismo de tipo corporativo e das universidades na (re) configuração do discurso e do poder profissional, sendo descuradas as práticas profissionais em situação e da reflexividade/identidade que lhes pode estar associada no plano micro da interacção social. Face ao efeito desregulador do mercado e ao efeito desinstitucionalizador do Estado, os poderes profissionais, estão a ser postos em questão, tornando-se permeáveis à competição, estando a legitimidade da sua autoridade dependente de um profissionalismo visto pela lógica da procura, enquanto trabalho técnico-intelectual, assistindo-se aos efeitos da erosão social conjugados com a erosão simbólica.

[3] P. Drucker, no artigo “The New Work force” no *The Economist*, (2001, 26) complementa a sua visão com o conceito de trabalhadores do conhecimento, identificados como profissionais ligados à mobilidade da sua especialização e à aprendizagem ao longo da vida. A sociedade do conhecimento é composta por **juniores e seniores**, os que têm menos de 50 anos e os que têm

mais de 50 anos, diferenciados pelo tempo e a importância do conhecimento acumulado e gerido.

[4] É possível descrever a identidade segundo um modelo composto por um *núcleo estável* (identidade pessoal), formado a partir de experiências de socialização precoces e continuadas, e por uma *periferia relativamente instável* (identidade social) correspondente à articulação do desempenho de papéis sociais de género, profissionais e familiares e exposta à reflexividade da modernidade tardia, de que resultam a multiplicidade e contingência das identidades sociais (DUBAR, 1995). DUBAR considera a construção da identidade social como o resultado de um duplo processo de atribuição de identidade pelas instituições e actores em interacção directa com o indivíduo, originando a identidade social “virtual”; a interiorização da identidade pelos próprios indivíduos, originando a identidade social “real”. Quando ambas não coincidem é necessário o ajustamento através de um processo complexo de negociação identitária entre o indivíduo, as instituições e os actores significativos. Deste processo negocial resultam as identidades colectivas e as identidades individuais, sempre instáveis e transitórias. A formação da identidade profissional individual é um tema pouco explorado, apesar do consenso em torno da mudança identitária que acompanha as alterações nos papéis desempenhados no trabalho e da construção identitária que ocorre na socialização organizacional e nas transições da carreira.

[5] Integrada na Agenda Europeia da Cultura, um marco na história da cooperação cultural europeia, em que pela primeira vez se partilha um conjunto de objetivos, propostos pela Comissão Europeia e aprovados pelos Estados Membros, pelo Parlamento Europeu e pela sociedade civil, no primeiro *Forum Cultural Europeu*. São definidos três objetivos comuns: fomentar a diversidade cultural e o diálogo inter-cultural; promover a cultura enquanto catalisador da criatividade e promover a cultura enquanto elemento vital nas relações internacionais da União Europeia. A política de cooperação europeia na cultura é considerada um *fenómeno novo enquanto instrumento de integração e coesão territorial*. A Agenda Digital baseia-se nos resultados de consultas, em particular o *Relatório de 2009 sobre a competitividade da Europa em matéria digital* (2009), na consulta pública em 2009 sobre as prioridades das TIC, nas conclusões do Conselho TTE (2009), na consulta sobre a estratégia Europa 2020 e na contribuição da *ICT Industry Partnership* para a estratégia respeitante à Europa digital (2015.eu), o relatório de iniciativa do Parlamento Europeu sobre essa estratégia e a declaração acordada na reunião ministerial em Granada (Abril de 2010)

(http://ec.europa.eu/information_society/eeurope/i2010)

Os domínios de acção são sete: Um mercado único digital dinâmico; Interoperabilidade e normas; Acesso rápido à Internet; Confiança e segurança; Investigação e inovação; Melhorar a literacia digital; Benefícios das TIC para a sociedade.

[6] A par dos actuais temas em discussão: globalização, mudança organizacional, desenvolvimento económico, divisão digital, mobilidade; transições sociais; participação política; multiculturalismo; migração; valor público, questões legais, transparência; acesso e escolha dos indivíduos; privacidade; interfaces

inteligentes; autenticação, software social; virtualização; serviços partilhados; tecnologias móveis; sistemas auto-organizados; interesses diversificados de *stakeholders*, colaboração, cooperação; competição; gestão do risco; dinâmicas entre sistemas; ontologias; arquivos digitais; pesquisa e recuperação de informação; qualidade e integração da informação.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, A. - The system of professions: An essay on the division of expert labor. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BROADY-PRESTON, J; COSSHAM, A - Mandatory CPD and professional revalidation schemes and their role in motivating and re-energising information professionals: the UK and New Zealand experiences. [Em linha] In Retention and job satisfaction: can professional development make a difference?, *World Library and Information Congress, 76th IFLA General Conference and Assembly*, 10-15 August, 2010, Gothenburg, Sweden. [Consult. 10 de janeiro 2012]. Disponível em: <http://www.ifla.org/en/conferences-session-day/2010-08-14>

BROADY-PRESTON, J. et al. - Keeping the information profession up to date: Are compulsory schemes the answer? *IFLA Journal*, 37(1), 2011, 28-38.

DUBAR, C. - La socialization: construction des identités sociales & professionnelles. Paris: Armand Collin, 1995.

EVETTS J. - The sociological analysis of professionalism. *International Sociology*, vol. 18 (2), 395-415, 2003.

GONÇALVES, C.M - Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. [Em linha] 2007. *Ler letras*, 2007 [Consult. 1 de junho 2011]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5512.pdf>.

OCHÔA, P et al. - Avaliar o desempenho e gerir a carreira numa fase de turbulência: o caso dos profissionais de Informação-Documentação em organizações públicas, *Actas do 10.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, organizado pela Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), Guimarães, 2010.

PARTRIDGE, H. - Librarian 2.0: It's all in the attitude! ACRL, [Em linha] 2011. [Consult. 25 de abril 2011]. Disponível em <https://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/events/national/2011/papers/librarian2.0.pdf>.

SANTOS, M. L. L. - Uma Panorâmica com Três Vertentes a Duas Dimensões. In PAIS, J M.; et al. (Eds.), *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 29-35, 2010.

SILVA, A. M. et al. - Das Ciências Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, A.S - Como abordar as políticas culturais autárquicas? *Sociologia, problemas e práticas*, nº 54, p. 11-33, 2007.